

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMOES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Crescimento já

A revelação do ministro do Trabalho, Walter Barelli, de que há cinco milhões de desempregados no Brasil, conforme entrevista exclusiva divulgada nesta edição, oferece a medida da crise econômica em curso. Egresso das lides sindicais, onde sempre pontificou como estudioso das relações trabalhistas, o novo condutor da pasta do Trabalho experimenta agora a realidade social de uma posição ainda mais incômoda. Cabe-lhe, como é notório, formular políticas capazes de atenuar o quadro deplorável do desemprego, entre outras graves responsabilidades cometidas à sua área de atuação.

Na verdade, o perfil da situação nacional no tocante à questão guarda contornos ainda mais dilacerantes. Além da desativação da mão-de-obra em escala catastrófica, algo em torno de dois milhões e 500 mil jovens anualmente se habilitam pela primeira vez ao mercado de trabalho. A esse formidável contingente, quase igual à população de alguns países, como o Uruguai, por exemplo, junta-se a cada 12 meses a procissão daqueles alijados do emprego por força da crise econômica. O Brasil é hoje um dos raros países a conviver com semelhante tragédia.

Está-se diante de um impasse social carregado de eletricidade política, sujeito a provocar a qualquer momento um curto-circuito de efeitos desastrosos para a estabilidade institucional. Portanto, impõe-se a adoção de medidas estratégicas para reverter o quadro sinistro e abrir novas perspectivas quanto ao futuro imediato. O tamanho dos bolsões marginais criados pelo desemprego, aos quais se juntam os atuais 65 milhões de pessoas fora da população economicamente ativa, constitui denúncia grave sobre a desordem social no Brasil.

Há, assim, uma convocação de profunda dimensão estrutural e irrenunciável no sentido do alijamento da política recessiva em vigor. A retração econômica iniciada no começo da década de 80 e levada a uma estágio por assim dizer

delirante nos últimos três anos esgotou todas as suas possibilidades de reordenar o equilíbrio nas relações financeiras e quebrar a espinha dorsal da inflação. Não há uma só pessoa sensata no Brasil que não esteja convencida do malogro das diretrizes estagnantes como forma de restabelecer a normalidade econômica. Bastaria a monstruosa estatística dos cinco milhões de desempregados para evidenciar o fracasso, não tivesse a recessão também provocado colossais defasagem nos volumes da arrecadação fiscal.

É cristalina, pois, a necessidade de o governo Itamar Franco operar reforma coerente de política econômico-financeira, no sentido de criar bases seguras para a retomada do crescimento. Em nenhuma outra fase da vida nacional o Estado esteve, como agora, tão compelido a exercer o seu papel de tutor dos direitos sociais, face ao quadro deplorável da marginalidade provocada pela recessão.

Com o engajamento do Congresso Nacional no esforço da sociedade e do Governo de propiciar fórmulas para o desate da crise econômica, criam-se condições excepcionais para a efetivação de reformas capazes de conduzir, a curto prazo, a uma política desenvolvimentista. O ajuste fiscal aceito consensualmente por todas as vertentes ideológicas e partidárias prodigalizará o Tesouro com uma arrecadação tributária adicional de 12 bilhões de dólares, ou seja, três por cento do Produto Interno Bruto.

À medida que tais recursos comecem a ingressar na contabilidade oficial, no momento por meio de um ajuste fiscal de emergência, parte significativa de tais disponibilidades poderia ser aplicada de forma a reaquecer o sistema econômico. Pela extensão do desemprego revelado pelo ministro Walter Barelli e seu potencial desestabilizador é forçoso concluir que não há outro caminho ao País senão abandonar as práticas recessivas.